



CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

RELATÓRIO DE DISCIPLINA DE MERCADO

Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal

2013

ABRIL DE 2014



ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	3
1. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.....	3
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DE POLITICAS DE GESTÃO DE RISCO	3
3. ADEQUAÇÃO DE CAPITALS	4
4. RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE.....	5
5. RISCO DE CRÉDITO	6
6. TÉCNICAS DE REDUÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO	8
7. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO.....	8
8. RISCOS DE POSIÇÃO, DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE E DE LIQUIDAÇÃO DA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO	8
9. RISCOS CAMBIAL E DE MERCADORIAS DAS CARTEIRAS BANCÁRIAS E DE NEGOCIAÇÃO	8
10. POSIÇÕES EM RISCO SOBRE AÇÕES DA CARTEIRA BANCÁRIA	9
11. RISCO OPERACIONAL	9
12. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS REQUISITOS DE CAPITAL	9



NOTA INTRODUTÓRIA

Em cumprimento do estabelecido no Aviso 10/2007 do Banco de Portugal sobre a “Divulgação Pública de Informação” a CAIXA ECONÓMICA DO PORTO apresenta a informação requerida numa ótica meramente prudencial, considerando que as informações a disponibilizar devem contemplar os riscos incorridos, atendendo aos objetivos estratégicos e aos processos sistemáticos de avaliação instituídos, com referência a 31 de Dezembro de 2013.

A CAIXA ECONÓMICA DO PORTO (anexa à Beneficência Familiar do Porto A.S.M.) é uma Instituição de crédito cujos estatutos foram aprovados por Alvará Régio de 24 de Agosto de 1905.

Presentemente a CAIXA ECONÓMICA DO PORTO opera na região do Grande Porto, área Metropolitana, tendo apenas um balcão sediado nas instalações da Instituição à qual está anexa.

A totalidade do capital pertence à Beneficência Familiar à qual, como se disse, a CEP está anexa.

ANEXO I

1. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No que respeita à informação apresentada no documento “Disciplina de Mercado” a Direção, Órgão de Administração da CAIXA ECONÓMICA DO PORTO, declara par os devidos efeitos que:

- a) Certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna
- b) Assegura a qualidade de toda a informação divulgada;
- c) Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento “Disciplina de Mercado” se refere.

Informa-se que, entre o termo do exercício de 2013 e a data a que respeita o presente documento, não ocorreram quaisquer eventos dignos de relevância.

ANEXO II

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DE POLITICAS DE GESTÃO DE RISCO

- 2.1. Âmbito de aplicação: A CAIXA ECONÓMICA DO PORTO é uma instituição de crédito que, no âmbito da sua atividade, pratica empréstimos sobre penhores, com garantia real de objetos em ouro e pedras preciosas, e faz a captação de depósitos à ordem e a prazo, da pequena poupança.



2.2. Política de Gestão de Risco: A Direção da CAIXA ECONÓMICA DO PORTO é responsável pela definição dos objetivos da atividade e das políticas estratégicas de risco seguidas pela Instituição de acordo com alterações ao nível da estratégia de negócio, que pretende sólidas para o sucesso da atividade que exerce.

A Instituição reconhece a importância das práticas de gestão de risco para o sucesso do seu negócio e, consequentemente, o objetivo global do processo de gestão de risco é estabelecer um sistema que tenha capacidade de gerir, controlar e mitigar, de uma forma efetiva, os riscos.

2.2.1. No âmbito do risco de crédito, o apuramento dos requisitos de capital tem por base o método padrão, sendo as principais exposições de risco baixo ou muito baixo, uma vez que têm como contraparte a concessão de crédito sobre penhor com garantia real – objetos em ouro e/ou pedras preciosas – e aplicações financeiras constituídas por depósitos a prazo e à ordem em instituições de crédito nacionais, situações que estão cobertas pelos Fundos Próprios.

2.2.2. O risco de mercado na atividade praticada pela CEP, referida no ponto anterior, é reduzidíssimo, pelos procedimentos de cálculo que são praticados e que têm sempre em vista o valor base do objeto face aos valores de compra correntes.

2.2.3. A gestão do risco operacional consiste no controlo mensal efetuado pela Direção que no âmbito das suas atribuições, passa pela identificação, avaliação, acompanhamento e medição dos riscos e adequação do controle existente.

ANEXO III

3. ADEQUAÇÃO DE CAPITALIS

Os fundos próprios são calculados a partir das demonstrações financeiras da CAIXA ECONÓMICA DO PORTO, sendo os seus principais elementos constituídos, em 31 de Dezembro de 2013, pelo capital realizado, reservas e capital elegível.

A Instituição utiliza o método padrão para o apuramento dos requisitos de capital prudencial regulamentar, que lhe assegura indicadores de solvabilidade satisfatórios e compatíveis com as recomendações prudenciais, sendo as principais exposições de risco baixo ou muito baixo, uma vez que têm como contraparte a concessão de crédito sobre penhor com garantia real – objetos em ouro e/ou pedras preciosas – e aplicações financeiras constituídas por depósitos à ordem e a prazo em instituições de crédito nacionais, situações que estão cobertas pelos Fundos Próprios.



Resume-se, de seguida, o total de fundos próprios e respetivo rácio de solvabilidade, com referência ao ano de 2013 (valores em euros):

Parte 1 – Fundos próprios de base	ANO 2013	ANO 2012
1.1.1.1. – Capital realizado	1.488,61 €	1.488,61 €
1.1.2.1. – Reservas	1.346.286,53 €	1.229.453,44 €
1.1.2.3. – Resultado do exercício	123.199,60 €	116.833,09 €
Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade	1.470.974,74 €	1.347.775,14 €

Parte 2 – Requisito de fundos próprios	ANO 2013	ANO 2012
1.1.1.1.6 – Créditos sobre Instituições	264.285,76 €	195.583,98 €
garantia real	32.973,72 €	48.759,93 €
1.1.1.1.1.0 – Elementos vencidos	83.855,64 €	73.381,28 €
1.1.1.1.1.3 – Outros elementos	63.982,37 €	60.664,86 €
<i>1.4.1 - Método do Indicador Básico</i>	124.126,00 €	397.717,00 €
Requisitos dos fundos próprio totais	304.937,73 €	580.523,06 €

Parte 3 – Adequação de capitais	ANO 2013	ANO 2012
Excesso (+) / Insuficiente (-) de fundos próprios	853.832,14 €	792.611,67 €
Rácio de Solvabilidade	21,90%	22,50%

ANEXO IV

4. RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

A atividade exercida pela CAIXA ECONÓMICA DO PORTO é de muito baixo risco visto os créditos concedidos possuírem garantia real.



ANEXO V

5. RISCO DE CRÉDITO

SECÇÃO A – INFORMAÇÃO QUALITATIVA:

1. A CAIXA ECONÓMICA DO PORTO classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital e/ou juros ocorridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento.

A Direção verifica a operacionalidade das medidas e efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito, de forma a avaliar a existência de imparidade, sendo o critério em incumprimento definido como crédito vencido há mais de 90 dias.

2. As provisões sobre a carteira de retalho em incumprimento são recalculadas mensalmente e devidamente contabilizadas as regularizações. O apuramento do valor da provisão a efetuar ou anular é determinado sobre o valor do capital, mais juro em risco, e em função das classes do crédito vencido conforme orientação do Banco de Portugal, isto é: Classe I = 1,5%; Classe II = 10%; Classe III e IV = 25% e Classe XII = 100%.

O movimento de provisões que ocorreu durante o ano de 2013 foi o seguinte:

	31/dez/13	31/dez/12
Saldo inicial	509 517,24 €	425 201,63 €
Dotação	495 270,05 €	430 064,99 €
Anulação/Reposição	207 320,01 €	345 749,51 €
Resultado líquido	797 467,28	509 517,11

Da análise do quadro verifica-se que, em 2013 o saldo final das provisões para crédito vencido no valor global é superior ao do período homólogo em cerca de 56,5%.

A CAIXA ECONÓMICA DO PORTO reconhece a importância das práticas de gestão de risco para o sucesso do seu negócio e, consequentemente, o objetivo global do processo de gestão de risco é estabelecer um sistema que tenha capacidade de gerir, controlar e mitigar, de uma forma efetiva, os riscos.

A Instituição realiza um controlo do crédito vencido fazendo um acompanhamento periódico dos clientes, no sentido de serem alertados para a necessidade de procederem à regularização dos seus débitos.

**SECÇÃO B – INFORMAÇÃO QUANTITATIVA:**

A decomposição das aplicações é a seguinte:

A Direção da CAIXA ECONÓMICA DO PORTO tem ponderado que os valores aplicados em instituições financeiras devem ser distribuídos por mais Instituições, reduzindo, assim, o risco de concentração. De referir que a CAIXA ECONÓMICA DO PORTO, em 23 de janeiro de 2014, procedeu à abertura de conta no Banco Popular, depositando na mesma o valor de 700 000€, para respeitar o limite de envolvimento definido pelo Banco de Portugal.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez, de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução nº 13/2009).

No quadro seguinte é apresentada a distribuição a prazo pelas instituições financeiras, em dezembro de 2012 e 2013:

Instituições	ANO 2013		ANO 2012	
Montepio Geral	23,88%	750.000,00 €	42,40%	1.000.000,00 €
Caixa Geral de Depósitos	15,92%	500.000,00 €	25,44%	600.000,00 €
Caixa Geral de Depósitos	11,14%	350.000,00 €	-	-
BANIF – Banco Internacional do Funchal	11,51%	361.614,73 €	32,16%	758.522,08 €
BANIF – Banco Internacional do Funchal	13,67%	429.370,47 €	-	-
BIC	23,88%	750.000,00 €	-	-
Total		3.140.985,20 €		2.358.522,08 €

Ativo	2013	2012
Carteira de Retalho	549.945,88 €	812.665,48 €
Elementos vencidos	1.048.195,45 €	917.266,11 €
Total	1.598.141,33 €	1.729.931,59 €



ANEXO VI**6. TÉCNICAS DE REDUÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO**

A CAIXA ECONÓMICA DO PORTO, como atividade de crédito sobre penhor, mediante garantia real de objetos de ouro e pedras preciosas, considera não subsistir o risco de crédito.

O risco de crédito encontra-se associado às perdas ou ao grau de incerteza, quanto aos retornos esperados, por incapacidade do tomador do empréstimo ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações.

A identificação do risco de crédito como um risco materialmente relevante, independentemente da reduzida dimensão da Instituição, merece, por parte da Direção da CAIXA ECONÓMICA DO PORTO, uma particular atenção, pelo que o processo de gestão do referido risco é por si aprovado e objeto, quer de revisão regular, quer do controlo frequente de procedimentos, contando para isso com os serviços administrativos da Instituição, na definição e revisão do perfil de risco, níveis de tolerância e limites aplicáveis ao risco de concentração de crédito.

Por vezes, pode verificar-se que um cliente possua mais do que um empréstimo. No entanto, visto o valor do empréstimo ser, por via de regra, aproximadamente de 70% do valor de mercado da garantia, não coloca em causa a solvabilidade da Instituição.

ANEXO VII**7. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO**

A rubrica *Títulos de Investimento* é representada por 526 ações do Banco BES, as quais se encontram desvalorizadas, sendo o seu valor de cotação referente a 31 de dezembro de 2013. O seu custo inicial foi de 2 627,03€ e, neste momento, o valor das ações é de 545,45€.

ANEXO VIII**8. RISCOS DE POSIÇÃO, DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE E DE LIQUIDAÇÃO DA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO**

Este risco não se aplica no âmbito da atividade da CAIXA ECONÓMICA DO PORTO.

ANEXO IX**9. RISCOS CAMBIAL E DE MERCADORIAS DAS CARTEIRAS BANCÁRIAS E DE NEGOCIAÇÃO**

Este risco não se aplica no âmbito da atividade da CAIXA ECONÓMICA DO PORTO.



ANEXO X

10.POSIÇÕES EM RISCO SOBRE AÇÕES DA CARTEIRA BANCÁRIA

Este risco não se aplica no âmbito da atividade da CAIXA ECONÓMICA DO PORTO.

ANEXO XI

11. RISCO OPERACIONAL

No que respeita ao risco operacional, os Requisitos de Fundos Próprios apurados, foram:

	ANO 2013	ANO 2012
1 – Indicador relevante	124 126,00 €	397 717,00 €
1 – Método do indicador básico	47 256,00 €	59 290,00 €

A concentração de risco operacional traduz as perdas potenciais, resultantes de falhas ou inadequações dos processos internos de pessoas ou dos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Consideramos que a atividade praticada pela CAIXA ECONÓMICA DO PORTO, no que concerne às operações ativas e passivas, pela sua reduzida dimensão, não colocam em causa o rácio de solvabilidade da Instituição. No entanto, foram implementados, de forma crescente, um conjunto de princípios, práticas e mecanismos de controlo claramente definidos, documentados e implementados, de que são exemplos, a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respetivas autorizações, os controlos de acessos físico e lógico, as atividades de reconciliação, a contratação de seguros e a formação interna.

ANEXO XII

12.ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS REQUISITOS DE CAPITAL

Este risco não se aplica no âmbito da atividade da CAIXA ECONÓMICA DO PORTO.



Com os nossos melhores cumprimentos,

Porto, 22 de abril de 2014

A DIREÇÃO DA CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

O Presidente António Santos Rêis

O Tesoureiro Rui Mendes Lopes